

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

- Considerações à margem -

CDU 061.3

Como é do conhecimento geral — tanto mais que os CADERNOS informaram disso oportunamente os seus assinantes — realizou-se em Coimbra, de 2 a 8 de Setembro passado, o V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. A imprensa diária, consciente da importância e projecção do acontecimento, facultou ao público um relato síncrono (por vezes ilustrado!) e — quase sempre cuidadoso e exacto, não só das diversas manifestações sociais do Colóquio, como também — o que, na verdade, importa bastante mais — do decorrer das sessões de trabalho, com indicação das comunicações apresentadas e discutidas. Para melhor informação, os organizadores distribuíram pelos participantes um Jornal policopiado, que rapidamente se esgotou, e em cujo n.º 4 se transcreveram as conclusões e votos de todas as secções. A seu tempo serão publicadas as indispensáveis Actas, onde se depositarão relatos oficiais de tudo quanto se fez e se disse ao longo da magna reunião de intelectuais vindos das sete partidas do mundo. Portanto, não será preciso adiantar mais, para se compreender que nos dispensamos de inserir aqui algo que se assemelhe a qualquer dos elementos de informação acabados de referir. Chamemos simples considerações marginais ao que pretendemos dizer.

Para nós, bibliotecários, arquivistas e documentalistas, o Colóquio assumiu alta importância por incluir no seu plano ge-

ral uma secção, a VIII e última, designada (e, a nosso ver, muito bem) Instrumentos de investigação e cultura. Bem se poderia perguntar por que não será esta secção a primeira, dado que logicamente são esses instrumentos a base de todo o conhecimento científico; mas que se sinta pertencer, com plena justiça, uma tal secção ao domínio dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas — quer dizer: que a estes se reconheça o primado na organização técnica e científica dos elementos básicos do progresso de todas as outras técnicas e de todas as outras ciências — isso, podemos crê-lo, já nos honra muitíssimo e constitui um passo muito firme no caminho de valorização que nos propusemos. E quando vemos pôr-se em causa, por inútil e despida de interesse, a existência autónoma de várias secções que integraram o passado Colóquio, com vista a uma redução do número de las no próximo, não devemos deixar de considerar como vitória serena mas incontestável o facto de se ter sentido a necessidade de criar em tais colóquios a nossa secção e se sentir hoje, tácitamente, que a existência dessa secção é indiscutível. Recordemos, também, que, ao abrir a primeira sessão, no dia 3 de Setembro, o Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares — que não é bibliotecário-arquivista, sendo portanto insuspeito na sua atitude — exaltou a missão dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas, considerando a actividade de todos eles como fundamental para o progresso da investigação.

Convém, entretanto, não esquecer que, terminado o V Colóquio, tudo isso tem uma explicação ainda mais clara e mais convincente do que antes. É que a VIII Secção encarou as sessões

de trabalho não como convencionais reuniões de senhores muito respeitáveis que se dizem amabilidades mútuas ou se encarniçam na defesa de pontos de vista pessoais antagónicos, mas como uma oportunidade providencial (e rara) para levantar em comum alguns dos muitos problemas que impendem sobre a missão dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas — e discutirlos com sinceridade, lealdade e intenção de encontrar soluções verdadeiras. Este processo de fazer as coisas não excluiu uma permanente camaradagem entre todos os participantes nas sessões, camaradagem orientada no sentido da melhor e mais pura aceção da palavra, e presente em todos os contactos estabelecidos. Divergências de opinião, houve-as naturalmente sobre determinados pormenores, e isso só contribuiu para valorizar as decisões tomadas. Mas foi nitidamente sensível a unidade de pontos de vista sobre as questões de interesse primacial e, não menos, ainda, a existência de uma consciência colectiva ansiosa por manifestar-se nas oportunidades que lhe sejam proporcionadas. Talvez só essa consciência tenha estado na base da generosidade com que os bibliotecários portugueses tomaram parte no Colóquio, sem apoios de qualquer espécie além da própria noção das responsabilidades e de quanto a sua presença poderia ser útil à cultura nacional.

O traço de união estabelecido entre todos os colóquistas da VIII Secção não passou despercebido aos participantes das restantes secções. Com graça nos chamaram "auto-segregados", e muito a sério tomámos nós o apodo, conscientes de que ele significava o reconhecimento de uma unidade perseverante. E que essa

unidade (aliás não confundível com impermeabilidade à convivência) foi extremamente proveitosa, bem o prova, materialmente, palpavelmente, a avultada massa de conclusões e recomendações apresentadas pela Secção ao plenário, e todas por este integral e unânimemente aprovadas, como coisa cuja importância cultural ninguém ousou contestar ou ao menos discutir — conclusões e recomendações de conteúdo sério, substancial, urgente, que se impuseram ao espírito de todos e cuja extensão, invulgar em textos dessa natureza, não surpreendeu nem escandalizou; conclusões e recomendações tão concretas e objectivas quanto o permitia o carácter precário de que se revestem os votos de um colóquio.

E que dizer da representação brasileira? Além de fazermos nossas todas as palavras com que publicamente se lhe prestou justiça, não nos ficará mal reconhecer que, entre outras lições que nos deu, merecem salientar-se a sua qualificação oficial e o facto de poder dizer-nos que existem no Brasil treze associações de bibliotecários, consideradas de interesse comum. Em Portugal ainda não passámos de zero, e é essa a nota que merecemos neste particular...

Não poderíamos, naturalmente, terminar estas considerações à margem do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros sem registar os acontecimentos realmente novos que se verificaram, relacionados com a presença dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas: em primeiro lugar, a existência de uma revista técnica portuguesa de biblioteconomia e arquivística.

ca — os nossos CADERNOS —, cujo n.º 2, já então publicado, foi largamente distribuído; depois, as realizações dessa revista: um jantar que congregou todos os colegas então reunidos em Coimbra, e a que representativas entidades deram, com a sua presença, altura e projecção; e uma exposição bibliográfica de biblioteconomia, arquivística, bibliologia, bibliografia e CDU.

O interesse que a exposição despertou logo que foi aberta ao público permite classificá-la como um êxito (literalmente, sem retórica, sem publicidade) e não temos dúvida em afirmar que tal êxito se deveu mórmente ao número de espécies patenteadas, agradável surpresa para muitos cépticos e descrentes. E não deixemos esquecer que, para além da exposição que passou, permanece, como útil bibliografia especializada, o catálogo então organizado, policopiado e profusamente distribuído aos visitantes. Só nos resta, a propósito, lamentar que obras portuguesas figurassem em tão escasso número, mas até desse facto poderemos tirar incentivo para que os nossos esforços se mobilizem no sentido de modificar a situação enquanto não chega o VI Colóquio, a realizar em 1966 na Universidade de Harvard, e onde esperamos não falte uma exposição idêntica. Na que ora se realizou, uma coisa nos anima e encoraja: é que ela foi obra de uma revista portuguesa de biblioteconomia, arquivística e documentação. Daqui, o incentivo que tiramos é apenas — CONTINUAR.

Adelino de Almeida Calado